



LEI N°. 7.318 MACEIÓ/AL, 17 DE JANEIRO DE 2023.

PROJETO DE LEI N°. 565/2022 AUTOR: PODER EXECUTIVO

> DISPÕE CRIAÇÃO SOBRE PROGRAMA ASSISTENCIAL PARA A MULHER EMPREENDEDORA, DELIMITA OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO ÂMBITO DO MUNICÍPIO NO DE MACEIÓ/AL DÁ Ε **OUTRAS** PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica deste Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

- **Art. 1º**. Fica criado o Programa Assistencial para a Mulher Empreendedora com o objetivo de promover a igualdade de acesso das mulheres às atividades produtivas e promover a consolidação de empreendimentos liderados por mulheres.
- §1º. O Programa Assistencial consistirá na concessão do auxílio financeiro para a mulher beneficiária, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).
- §2º. A concessão do auxílio financeiro terá como destinatárias as mulheres que, na vontade de empreender, necessitem de auxílio financeiro para compra de máquinas, equipamentos e insumos.
- §3º. O valor do auxílio financeiro poderá ser corrigido pelo IPCA-E ou índice que o substituir, anualmente, mediante Decreto.
- Art. 2°. Para ser beneficiária do programa, a mulher deverá demonstrar o preenchimento dos seguintes requisitos:
- I ser mulher, prioritariamente chefe de família;
- II ter no mínimo 18 anos:
- III residir e ter instalado ou a ser instalado seu empreendimento em Maceió, prioritariamente em bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano IDH, devendo comprovar tal condição a partir de um projeto simplificado de seu empreendimento;
- IV ser hipossuficiente;
- V não ter sido beneficiada com recursos de outros programa e/ou projetos similares da Prefeitura Municipal de Maceió.





- **§1º** Caso a beneficiária não possua empreendimento instalado, deverá apresentar, no plano de negócio, proposta de instalação de empreendimento, observado o disposto neste artigo.
- **§2º** A comprovação da hipossuficiência dar-se-á através da apresentação de um dos documentos:
- I fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 (oitenta) kWh mensais;
- II fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) m3 mensais;
- III comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.
- **Art. 3º**. A seleção das beneficiárias ocorrerá por meio da publicação de edital de seleção, observando as quatro etapas abaixo:
- I inscrição;
- II análise documental;
- III análise do plano de negócios;
- IV formalização e registro do empreendimento, se necessário;
- V assinatura do contrato.
- **Art. 4º**. O auxílio financeiro não poderá ser utilizado em atividades ilícitas ou para subsidiar a aquisição e comercialização de cigarros, bebidas alcoólicas e/ou itens similares.
- Parágrafo Único. A utilização do recurso deve ser vinculada à aquisição de máquinas, equipamentos e insumos que guardem relação direta com o plano de negócios apresentado.
- **Art. 5º**. O auxílio financeiro poderá ser renovado para a mesma beneficiária após transcorrido mais de 1 (um) ano da concessão anterior, desde que apresentada a prestação de contas do recurso já recebido para os fins desta Lei.
- **§1°.** A prestação de contas deverá ocorrer com a apresentação de notas fiscais de aquisição de materiais, equipamentos e/ou insumos relacionados ao plano de negócio bem como a partir de prova mínima do desenvolvimento e manutenção do projeto empreendedor previamente estabelecido.
- **§2º**. Acaso a renovação se dê para um novo projeto, a prestação de contas será necessária em relação ao projeto anterior, além do novo cumprimento de todos os requisitos dos artigos 2º e 3º desta Lei.
- §3°. A beneficiária que fizer uso indevido do auxílio ou que não prestar contas perderá o direito de usufruir de outros benefícios assistenciais municipais, no âmbito da secretaria de assistência social, por um período de 1 (um) ano.





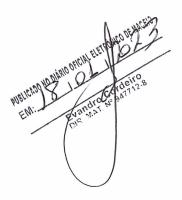
- **Art. 6º**. O Poder Executivo limitará a quantidade de beneficiadas a 2.000 (duas mil) mulheres por ano, podendo haver aumento de até 50% deste limite, por meio de decreto do chefe do Poder Executivo, a cada ano financeiro que se seguir, desde que haja prévia disponibilidade orçamentária.
- **Art. 7º**. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, ficando autorizada a abertura de crédito adicional suplementar, se necessário.
- **Art. 8º**. O Chefe do Poder Executivo do Município de Maceió/AL poderá regulamentar a presente Lei por meio de Decreto, caso necessário, desde que nos exatos limites da presente norma.
- **Art. 9º**. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em 17 de janeiro de 2023.

JOAO HENRIQUE Assinado de forma HOLANDA digital por JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS:0111769019 90199 9

JHC

Prefeito de Maceió



Baixado Em: 23/11/2025

Câmara Municipal de Maceió

ARQUIVO DISPONIBILIZADO PELO SITE.



Validação: https://www.maceio.al.leg.br/